

A polissemia não existe

Clara Nunes Correia

Abstract: This presentation aims at discussing the concept of polysemy as an operative concept for propositional semantics.

Dealing with data of EP linguistic forms (as determiners, conjunctions, prepositions and adverbs) and grammatical constructions (complex sentences, aspectual and modal markers) usually described (or interpreted) with a polysemic sense, we tried to find out under which

conditions all data can be unified, if we take into consideration an abstract schema (schematic form). We can define a schematic form as an abstract configuration giving us the notional framework of a lexical item or of a set of lexical items that bring together all the possibilities of the occurrences of this item in a language.

This hypothesis gives us the stability of the diversity of linguistic shapes and it allows us to understand the different values that we can get when we try to explain how a value of linguistic shapes and their deformability is supported by a notional stability. In this sense, it seems that the concept of polysemy is not at all useful to describe this relationship.

A reflexão que aqui se apresenta teve como ponto de partida a primeira definição de polissemia da autoria de Bréal (1887): “Caracteriser la capacité des mots de ‘prendre un sens nouveau’ qui coexiste avec l’ancien (...) [la polysémie sera] la faculté que possèdent les mots de se présenter sous tant de faces.” (Bréal 1887, cit. em Victorri & Fuchs 1999). Assim, a procura de argumentos para a validação (ou questionação) de um conceito instalado na análise linguística (pode) levanta(r) questões que paradigmaticamente interferem com a semântica – o domínio de análise das línguas

que interage (ou reflecte) com /ou sobre o conceito de ‘sentido’.

Ao posicionar-me numa perspectiva de uma semântica de natureza formal, a análise que aqui apresento assenta em pressupostos em que a significação, (e não o sentido), de uma sequência linguística bem formada é um resultado (e não um dado à priori) que permite que essa sequência seja construída e reconstruída pelos falantes. Assim, reservando para o conceito de sentido, a ‘orientação’ da proposição subjacente ao enunciado, e afastando-me de uma perspectiva inerentemente lexical (em que o sentido /ou os sentidos de um termo é a

estabilização desse termo fixado no léxico das línguas), tentarei mostrar como o conceito básico de polissemia não é relevante (nem operacional) para dar conta de valores de formas linguísticas que, ao ocorrerem em sequências diferentes, apresentam valores semânticos diferentes

Sobre a construção da significação

Todos sabemos que quando falamos de ‘sentido’ falamos de entidades conceptuais diferentes se nos estamos a referir ‘ao sentido de um termo’ ou ao ‘sentido de uma expressão’: o ‘sentido’ de um termo é ‘a definição que é dada pelo dicionário’, mas o sentido de uma expressão é ‘o lugar que essa expressão ocupa num sistema de relações semânticas com outras expressões da mesma língua’ (cf. Campos & Xavier 1991: 219). Assim, e não sendo oportuno aprofundar aqui as contribuições da filosofia da linguagem (nomeadamente de Frege e de Russell) sobre os diferentes suportes que permitem delimitar o conceito de ‘sentido’, é importante sublinhar que o grande número de conceitos que lhe estão associados, disponíveis em textos e autores de referência – como denotação /significado /intensão /referência – contribuem para gerar algum ruído na sua delimitação, sem se tomar obrigatoriamente uma opção de natureza teórica e metodológica

Assim, assumirei nesta discussão que o sentido das diferentes formas linguísticas é entendido como um resultado das posições que ocupam nas diferentes configurações, sendo possível uma unificação de valores a partir de uma forma de base - a forma esquemática. De acordo com (Franckel, Paillard & Saunier 1999: 51) uma forma esquemática é um “(...) dispositivo abstracto regulador de uma variação que se articula segundo diferentes planos . (...) [sintáctico, semântico, enunciativo].”

Assim, a partir da descrição do funcionamento das línguas e do conhecimento das diferentes configurações possíveis que as formas linguísticas manifestam numa dada língua será possível descrever /explicar o funcionamento de formas que lexical ou gramaticalmente apresentam um comportamento ‘polisémico’.

Como ilustração do que se afirmou anteriormente, tomarei como exemplo quatro grupos de formas linguísticas do PE em que aparentemente cada forma (determinante, conjunção, verbo ou advérbio), não garantem uma unificação de valores, isto é, cada termo é um termo que por si só ganha um valor específico, dependendo a sua ‘interpretação’ das configurações que permite definir em PE.

Configurações linguísticas e formas esquemáticas: o que se vê quando se olha



fig 1

A figura 1 serve, apenas, como ilustração do percurso que a seguir apresento – o que vejo quando olho para a fig.1 pode gerar ambiguidade (neste caso perceptiva) da dualidade de uma dada imagem. Do mesmo modo, posso concentrar-me apenas numa das imagens, servindo a outra – que não isolo visualmente – como suporte (fundo) para a descodificação da primeira. Se nos centrarmos nas formas linguísticas exemplificadas abaixo, que delimitação poderemos fazer dos valores dessas formas, i.e., quantas formas diferentes temos para construir um mesmo valor ou, em alternativa, quantos valores poderemos atribuir a cada uma das formas?

As baleias estão a desaparecer	Dei um salto à Faculdade	Já cheguei! Vou já	Li o livro, mas não gostei	acabei de chegar
As baleias deram à costa	Dei um livro à Teresa	Comi mal	Ele é burro, mas burro!	acabei de ler o livro
Um gato é um gato	Dei uma aula	Mal comi a sopa, tocou o telefone		
Um rapaz viu o acidente	Fiz uma festa Fiz um trabalho	...		

Em termos muito básicos, quando olhamos para os exemplos do quadro 1, poderemos dizer que:

(i) os determinantes (definidos ou indefinidos) podem marcar sequências interpretadas como específicas ou genéricas

(ii) verbos como ‘dar’ podem ter mais do que um sentido e apresentar restrições de funcionamento (em termos de marcação de categorias temporais-aspectuais, por exemplo)

(iii) *já* pode manifestar um valor temporal ou aspectual

(iv) a conjunção adversativa ‘mas’ não marca sempre oposição entre frases (pode marcar valores de intensificação, por exemplo)

(v) o valor aspectual das construções como ‘acabar de’ depende do tipo de predicado da oração infinitiva, afinando um valor télico (ou atélico) das situações em que ocorre

....

Partindo desta observação muito básica, será pacífico aceitar que a significação construída, para cada um destes exemplos, e dentro do mesmo paradigma em que a forma linguística ocorre, é completamente diferente para cada uma das configurações apresentadas, independentemente da etiquetagem que a gramática explícita lhes confere. Assim, parece igualmente ser

pacífico aceitar que não existe uma unificação de valores, i.e, cada ocorrência linguística funciona, em cada caso como uma ocorrência distinta, apresentando (ou contribuindo) para a geração de um valor específico, manifestando uma aparente ‘polissemia’.

Metodologicamente poderemos, em busca de uma unificação desses valores, fazer intervir, a partir de ajustamentos teóricos centrados numa análise que interligue perspectivas de natureza sintáctica, semântica e enunciativa, os mecanismos necessários à descrição /explicação do funcionamento das formas linguísticas.¹

Em trabalhos anteriores, nomeadamente Correia 2002, defendeu-se que a diferente atribuição de valores aos determinantes nominais se centrava na hipótese de considerar essas formas linguísticas como marcadoras de operações de ordem cognitiva diferente (totalização, para o valor genérico da definitude; extracção para a construção de existência, identificação-qualitativa para os valores de retoma...).

Em relação aos verbos como ‘dar ‘ e ‘fazer’- tendo em consideração os diferentes

¹ Como ponto prévio e antes de proceder à exemplificação (e clarificação) do que afirmei anteriormente, convém sublinhar que a discussão que agora se propõe se centra particularmente sobre formas gramaticais que são correntemente analisadas como formas com ‘etiquetas’ diferenciadas nas gramáticas, podendo integrar diferentes classes de palavras. Recorde-se que o estudo de Bréal (acima referido) se centra sobretudo sobre formas lexicais.

‘estatutos’ categoriais que podem manifestar em português, defendeu-se (cf. nomeadamente Correia & Campos 2003; Brocardo & Correia 2003, entre outros) que a estabilidade categorial das diferentes configurações em que estes verbos poderiam ocorrer se poderia centrar na definição de uma forma esquemática de base e entender os diferentes valores manifestados como resultado da deformabilidade que numa dada língua essas formas podem assumir.

Assim, e tendo em conta estes dois breves exemplos, poder-se-á assumir que os diferentes valores que as formas linguísticas assumem não manifestam valores polissémicos, mas sim são configurações deformáveis a partir de uma forma esquemática, abstracta que as definem no sistema de uma dada língua.

Se quisermos, agora, contrastar as consequências epistemológicas que decorrem do facto de se se aceitar o conceito de ‘polissemia’ ‘dar’, ‘fazer’ ou ‘mas’, por exemplo, apresentam em PE valores diferentes e por isso SÃO FORMAS LINGUÍSTICAS DIFERENTES

A análise dessas formas só pode ser feita a partir das diferentes ocorrências paradigmaticamente definidas e elencadas nas línguas. A regulação desses valores deverá,

por isso, ser fixada a partir de aproximações (atestações) dadas pelos dicionários.

No entanto, se se considerar que o conceito de polissemia não é operativo (ou mesmo necessário) para a descrição do funcionamento dos valores das formas linguísticas, poderemos defender que dar', 'fazer', 'mas', por exemplo, independentemente dos valores manifestados em PE, assentam numa estabilidade programaticamente definida

A análise dessas formas pode ser feita a partir das diferentes ocorrências, tendo como suporte a estabilidade dada pela sua forma esquemática. Seguindo este princípio a regulação dos diferentes valores que uma dada forma manifesta, deverá articular os diferentes 'cenários' em que essa forma ocorre.

As figuras 2 e 3 são, de alguma forma, uma representação não linguística da proposta que aqui se apresentou.



Referências:

Bréal, Maurice 1897 Essai de sémantique.(science des significations). Paris, Hachette.

Brocardo, Maria Teresa & Clara Nunes Correia 2003 «Ter paz e fazer guerra: os predicados complexos – uma proposta diacrónica e sincrónica», in Revista da FCSH 16, 2005: 25-35

Correia, Clara Nunes & Maria Henriqueta Costa Campos 2004 «Construções com dar e fazer SN em Português Europeu», Anais III Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), (Rio de Janeiro, Março de 2003), 195-202.

Correia, Clara Nunes 2002 Estudos de determinação. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/FCT

Franckel, Jean-Jacques., Denis. Paillard & E. Saunier 1997 « Modes de régulation de la variation sémantique d'une unité lexicale. Le cas du verbe *passer* », in La locution: entre lexicque, syntaxe et pragmatique, Paris: Klincksieck, p. 49-68.

Paillard, Denis 2001 «À propos des verbes 'polysémiques'», Syntaxe et Sémantique, 2, p. 99-120.

Victorri, Bernard & Catherine Fuchs 1996 La polysémie. Paris, Hèrmes.